

FESTAS NO BRASIL-COLÔNIA: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA

Elaine Cristina Alves da Costa Savalli¹

Nas Ciências Sociais quando se fala de festa inclui-se logo o nome de Émile Durkheim, que em 1912, a definia em seu livro “As Formas Elementares da Vida Religiosa”. Afirma que toda a festa tem características religiosas pois aproxima as pessoas causando um estado de efervescência pelas manifestações apresentadas pelos participantes.

“Toda festa mesmo quando puramente laica em suas origens, tem certas características de cerimônia religiosa, pois, em todos os casos ela tem por efeito aproximar os indivíduos, colocar em movimento as massas e suscitar assim um estado de efervescência, às vezes mesmo de delírio, que não é desprovido de parentesco com o estado religioso. Pode-se observar, também, tanto num caso como no outro, as mesmas manifestações: gritos, cantos, música, movimentos violentos, danças, procura de excitantes que elevem o nível vital, etc.” (DURKHEIM, 1989:547)

Para Durkheim, as características das festas são as seguintes: 1. a superação das distâncias entre os indivíduos, 2. a produção de estado de efervescência coletiva e 3. a transgressão das normas coletivas.

Quando se está em grupo, afirma Durkheim, o sujeito desaparece e passa a ser dominado pelo todo, pelo coletivo. Passa a serem reafirmadas as regras do grupo que agora se encontra unido, os indivíduos são reafirmados na sua natureza de seres sociais. Contudo, os laços sociais ora construídos correm o risco de se desfazerem. É necessário então reavivar esses laços para que a consciência coletiva reanime-se. As festas seriam, então, a força para a não dissolução social.

¹ Aluna do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais.

A festa é o momento de deixar cair a vida séria e fortificar o espírito fatigado por aquilo que constrange a vida cotidiana. Na festa é possível o indivíduo ter acesso a uma vida mais livre e menos tensa.

Para muitos autores, o divertimento é a fuga da monotonia, do trabalho e a princípio não há nenhuma utilidade. Mas a festa pode ter uma função, já que ao fim desta o sujeito passa a ter a vida séria com mais coragem e disposição.

Na festa a energia do coletivo consegue atingir o seu apogeu no momento de exaltação dos participantes. Durkheim observa que a efervescência “muda as condições da atividade psíquica. As energias vitais são superexcitadas, as paixões mais vivas, as sensações mais fortes.” (1989: 603) Mas o que contribui para garantir esse estado de alma? Música, bebidas, comidas específicas, rituais, danças, entre outros componentes que venham associar-se à realidade festiva. Os indivíduos podem entrar em contato direto com a fonte de energia vital e social a fim de absorver o necessário para se manterem sem revolta e contrariedade até que surja a próxima festa.

Autores como Caillois (1950), Mauss & Hubert (1968), Bataille (1973) e Girard (1990) vêem na festa aspectos positivos e reativadores da sociedade. A Festa é a restabeecedora da ordem social. Contudo, Jean Duvignaud (1983) radicaliza a teoria da Festa analisando-a como anarquia total, ou seja, como aspecto negativo. A festa evidencia:

“a capacidade que têm todos os grupos humanos de se libertarem de si mesmos e de enfrentarem uma diferença radical no encontro com o universo sem leis e nem forma que é a natureza na sua inocente simplicidade.” (DUVIGNAUD, 1983: 212)

Michel Maffesoli também observa uma espécie de decadência na festa. As causas da decadência ao festejar seriam o individualismo e o utilitarismo, pois propicia isolamentos sociais. A festa e o êxtase seriam os dois maiores inimigos do

princípio de individualização que controla as relações sociais nas sociedades contemporâneas.

E no Brasil-colônia, como eram as festas? De onde vem tanta festividade?

O Brasil-colônia é o período da história entre o descobrimento ou simplesmente do “achado”, ano de 1500 à 1822, época do sua independência. Durante o período colonial o Brasil estava sob o domínio de Portugal nos seguintes aspectos: social, econômico, político e por que não dizer intelectual.

As festas têm sido celebradas como tempo de fantasias e de liberdades, num território lúdico. Há expressões de revanches e reivindicações dos mais variados grupos. A Festa pode ser um fato político, religioso ou simbólico. Através das danças e músicas é permitido aos espectadores e atores da festa inserir valores e normas da vida social, partilhar conhecimentos e sentimentos, a partir da alegria que envolve a festa.

A alegria da festa ajuda as populações a suportar o trabalho, o perigo e a exploração, mas reafirma, igualmente laços de solidariedade ou permite aos indivíduos marcar suas especificidades e diferenças. (DEL PRIORE, 2000: 10)

De acordo com Del Priore, “a festa nasceu das formas de culto externo, tributado geralmente a uma divindade protetora das plantações, realizado em determinados tempos e locais.” (2000: 13) Com a chegada do cristianismo a igreja determinou dias que se dedicassem a cultos divinos. Foram duas as divisões: as festas do Senhor (Paixão de Cristo) e os dias em que se comemoram os santos, onde a música sacra das festas religiosas misturavam-se com ritmos populares portugueses e espanhóis, evidenciando que o sagrado e o profano não estavam bem estabelecidos.

O ardor da festa junto com o seu som incentivava a quebra de regras e o rompimento com os padrões sociais impostos pelas autoridades. Era o espaço do

exagero. Como relata Del Priore, “para as mulheres mostrar a face alegre e sorridente era a primeira das infrações...” (p.20)

De acordo com Cascudo (1954) a primeira solenidade celebrada com esplendor foi em Salvador, a procissão do corpo de Deus. Os jesuítas simpáticos à prática adotaram a nova forma devocional para atrair índios e edificar colonos. O padre Manoel da Nóbrega relatou em carta datada no dia 09/08/1549 à Companhia de Jesus em Roma, duas procissões solenes com cânticos e trombetas.

A difusão das procissões em dias de festa religiosa exprimiam a solidariedade dos grupos sociais reforçando os laços de obediência à Igreja e ao Estado. O calendário romano trazia instruções sobre “a ocorrência de festas com muitas particularidades e curiosidades”, ou sobre “Festas particulares como se hão de celebrar”.

Na colônia, as irmandades e confrarias, mencionava o papel da comunidade na participação e organização das festas religiosas e das procissões. Somava-se à solidariedade a ostentação ou exibição do poder individual.

O sentimento de participar da festa contaminava diferentes segmentos da sociedade, mas intimidando do que convidando-os a partilhar de um evento, no qual o brilho da colaboração individual poderia sobressair contra o cenário coletivo da festa. (DEL PRIORE, 2000: 26)

As festas coloniais procuravam moldar a população à aliança entre a Igreja e o Estado interferindo nas formas de sociabilidade dos colonos. Pode-se afirmar que as festas no período colonial criam a ponte entre o mundo sagrado e profano.

Em Sabará (MG) 1793, ocorreu uma comemoração de aniversário da princesa da Beira e para anunciar a festa “22 pessoas da governança vestidas de corte” percorreu as ruas da cidade. Relata Del Priore:

Vestimentas luxuosas, instrumentos musicais e máscaras tinham por objetivo sacudir a comunidade da modorra do seu cotidiano, por meio do barulho dos tambores e do espetáculo visual da promessa do divertimento. (2000: 30)

Poupar esforços não combinava com a festa. Era necessário o entrosamento entre os realizadores da festa e o público. Em 1770, na cidade de Sabará usou-se luzes, carros iluminados, bailes, máscaras..., o importante era anunciar a festa. Esse tipo de anúncio estava presente também nas festas religiosas. Os jesuítas foram os primeiros a valorizar essa forma de espetáculo áudio-visual, pois poderia tornar-se pastoral ou catequético.

Em 1718, na Bahia, pelo aniversário do primogênito do Conde de Vila Verde, ordenou-se levantar um mastro “pintado de branco e carmesim e coroadado de uma grinalda dourada de que subia a haste em que tremulava uma bandeira de damasco franjada de ouro.” (2000: 33)

Em 1745, Pernambuco, os pardos da irmandade de N. Sra. Do Livramento festeja São Gonçalo com uma festa onde o erguimento da mostra foi um momento solene. Acreditava-se que o mastro tinha poderes para neutralizar raios e trovões. O mastro também era utilizado como “pau-de-sebo” para as brincadeiras que se seguiam às cerimônias oficiais.

Nas regiões mais ricas da colônia, as Corporações de Ofício² encarregavam-se da iluminação das festas, nas demais ordenavam-se que os moradores iluminassem as casas e domicílios em seis noites antecedentes.

Em 1763, no Rio de Janeiro, a luz mostra o seu grau de importância. O que antes era escuro e causava medo agora estava claro marcando a classe social dos

² Associações que surgem na Idade Média a partir do século XII para regulamentar o processo produtivo artesanal nas cidades com mais de 10 mil habitantes. As corporações agregam pessoas que exercem o mesmo ofício. São responsáveis por determinar preço, qualidade, quantidade da produção, margem de lucro, aprendizado e hierarquia de trabalho. Os que desejam entrar na corporação devem ser aceitos por um mestre como aprendizes, sem ter direito a salário. Os mestres de cada ofício são os que detêm as ferramentas e fornecem a matéria-prima.

habitantes. Quem mais oferecesse luminárias mais status adquiriria em relação aos outros e mais poder teria frente à sociedade.

Do hábito de simples luminárias passa-se ao exagero de decorações. A festa possibilitava ao grupo social o confronto de prestígios e rivalidades, a exaltação de valores, privilégios e poderes. Junto à esforços exibicionistas, evidencia-se no século XVIII o hábito de pendurar as luminárias no telhado. “Nas pequenas ou grandes vilas, o uso de luminárias transformava de tal maneira o visual dos telhados que parecia arder neles um chuveiro de estrelas.” (DEL PRIORE, 2000: 37)

Costumava-se também ornamentar as ruas com flores que juntamente com as luminárias somava-se à queima de fogos. Esta tradição veio de Portugal e era a alegria das romarias e procissões. Não só utilizado na terra como também no mar, os fogos eram usados para homenagear o rei cujo fogo de artifício no fim apareceu com o retrato de sua Majestade.

O uso de fogos para abrir a festa constituía uma tradição que pouco a pouco, ganhava dimensões de propaganda governamental, ou de resistência de elites contra o mesmo governo. Mídia eficiente a iluminar as noites escuras das vilas na colônia, o foguetório tornava-se um instrumento caro, porém eficaz, de poder. (DEL PRIORE, 2000: 40)

Em dezembro de 1760 realizaram-se em Santo Amaro (BA), festas para louvar o casamento de D. Maria de Portugal com o seu tio, D. Pedro. Na frente da igreja, misturavam-se classes sociais e raças diferentes para ver os artesãos dançarem além de verem uma embaixada de congos.

Em 1745, Recife, mulatos e libertos organiza uma procissão em que o sacro e o profano estão interligados. Evidencia-se o poder econômico de um grupo social que é pobre tradicionalmente. Os mulatos e negros acumulavam, então, riquezas para ostentá-las nas festas e procissões como faziam os brancos.

Na Colônia, festas e procissões permitiam a junção das camadas sociais para o divertimento, a fantasia e o lazer. Mas, de acordo com Del Priore (2000), não era só isso. “Havia vários sentidos nas funções aparentemente irrelevantes da festa, dando persistência a certas maneiras de pensar, de ver e de sentir.” (p. 49)

Um artigo de destaque que ajudava a alegrar a festa era o carro alegórico que ganha forma sofisticada durante o período barroco. Herdada de Portugal, a tradição foi trazida para o Brasil junto com as técnicas de construção, desenho e execução dos carros. O carro alegórico funcionava como um suporte para divulgar as idéias e as imagens da Igreja. Contudo, outras imagens eram utilizadas para prender a atenção do povo. Resgatavam-se da cultura popular imagens que assustavam como dragões, serpentes ou crocodilos.

Monstros e imagens significavam as forças sobrenaturais neutralizadas pela Igreja e pela técnica: estes últimos foram introduzidos no século XV nos Países Baixos e de lá espraíram-se pela Europa até Portugal. (DEL PRIORE, 2000: 52)

Provavelmente, da cultura popular parecem vir as influências das danças profanas durante as festas. A Igreja deixava que índios e negros dançassem, pois a dança era considerada uma maneira de glorificar à Deus, além de ser uma maneira de atrair multidões. As danças profanas faziam parte da festa para que também a população autóctone participasse do culto católico. Além da transformação formal e estética que as danças davam à festa, permitiam ao negro e índio identificar-se com o outro, o colonizador. A dança ainda tinha como função ser um canal de resposta das culturas dominadas frente à situação de conflito com escravos e índios. Dançava-se a *chegança*³, a *chula*⁴, os *cocos*⁵ e os *congós*⁶.

³ Em Portugal era dança no séc. XVIII, proibida por D. João V em maio de 1745, sob pena de prisão no Aljube e no Tronco. Era extremamente lasciva e sensual, mas se tornara popularíssima e o povo cantava:

“Já não se dançam cheganças / Que não quer o nosso rei, / Porque lhe diz Frei Gaspar / Que é coisa contra a lei”. (Júlio Dantas, *O Amor em Portugal no Século XVIII*, 161, Porto, 1917).

Na Colônia eram comuns as danças cujas raízes estavam na Península Ibérica e na África. Em Portugal divulgavam-se as danças que aconteciam no Brasil, mostrando o intercâmbio que havia entre as culturas.

Em se tratando de cultura, os negros ficaram felizes na cidade do Recife, quando em Maio de 1745, a Igreja dos Pardos de Nossa Senhora do Livramento, homenageava São Gonçalo Garcia, santo da mesma cor, cuja imagem fora trazida de Portugal. A união de explorados e escravizados ajudou a revelar brechas e encontrar interação em um espaço que era de dominação branca.

Pardos e mulatos usavam os indígenas nas suas procissões para lhes dar o autêntico sabor “índico” que certas coreografias demandavam, mas essa escolha revela também uma integração entre ambas as culturas. (DEL PRIORE, 2000: 79)

Contudo, foi na Bahia onde se sublinhou a importância e funções das comemorações “negras.” Aparato, luxo e riquezas jamais sonhadas pelo segmento eram encontradas pela sua capacidade de acumulação. A festa devolve ao negro sua dignidade e sua cultura.

Os reis negros vestiam-se como a corte europeia branca, exagerando até mesmo no uso de jóias e tecidos caros. (...) O índio, na festa negra, aparece, finalmente, como o “outro” contra o qual se investe militarmente ou do qual se ri. Lembramos ainda que o lagarto do cinto real vincula-se à tradição de representar com crocodilos e lagartos o continente africano, tradição europeia incorporada, na Idade Moderna, pelos africanos e seus descendentes. (DEL PRIORE, 2000: 85)

⁴ Dança e gênero musical do Recôncavo da Bahia, especialmente na Cidade de Santo Amaro da Purificação e cidades vizinhas. Esse ritmo é um legado Afro-Brasileiro. Nas festas populares a dança é bastante apreciada e envolve os observadores com seus passos curtos e movimentos cíclicos. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Chula>.

⁵ O **coco** é um ritmo originário do Nordeste brasileiro. O nome refere-se também à dança ao som deste ritmo. Coco significa cabeça, de onde vêm as músicas, de letras simples. Com influência africana e indígena, é uma dança de roda acompanhada de cantoria e executada em pares, fileiras ou círculos durante festas populares do litoral e do sertão nordestino. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Coco_\(dan%C3%A7a\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Coco_(dan%C3%A7a))

⁶ É uma dança teatralizada que tem lugar na gravana, ao ar livre, realizada durante as festas religiosas e populares. <http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/montecristo/04raca/raca18.htm>

A festa significava não só uma válvula de escape mas, também, um repositório de costumes e tradições permitindo que culturas como a negra, a índia ou a ocidental se fecundassem mutuamente, fazendo circular novos símbolos e novos produtos culturais.

REFERÊNCIAS

DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: brasiliense, 2000.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1954.

MELO MORAIS FILHO. **Festas e tradições populares no Brasil**. São Paulo: USP, 1979.

ZALUAR, Alba Maria. **Os homens de Deus: um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa**. Paulinas, 1989.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

CAILLOIS, Roger. **L' Homme et lê sacré**. Paris: Gallimard, 1950.

BATTAILE, Georges. **Theorie de la religion**. Paris: Gallimard, 1973.

GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. São Paulo: Unesp, 1990.

MAUSS E HUBERT. Essai sur la nature et la fonction du sacrifice. IN: Gauss, Marcel. **Oeuvres**. Paris: Minuit, 1968.